INSTITUTO FEDERAL
Rio de Janeiro
Campus Belford Roxo

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA EM EDUCAÇÃO, ACESSIBILIDADE E DESIGN UNIVERSAL

Belford Roxo | RJ
20 de junho de 2017

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO.....3
2. DADOS GERAIS DO CURSO.....4
3. JUSTIFICATIVA.....4
4. OBJETIVOS DO CURSO.....4
5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO.....8
6. POSSÍVEIS ÁREAS DE ATUAÇÃO.....8
7. PRÉ-REQUISITOS E MECANISMOS DE ACESSO AO CURSO.....9
8. MATRIZ CURRICULAR.....9
9. EMENTÁRIO.....10
10. PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS.....20
11. DA AVALIAÇÃO.....20
12. FINS DE APROVAÇÃO/CERTIFICAÇÃO.....20
13. RECUPERAÇÃO.....20
14. INFRAESTRUTURA.....21
15. MECANISMOS QUE POSSAM PERMITIR A PERMANÊNCIA E O ÊXITO.....21
16. CERTIFICAÇÃO.....22

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 DO IFRJ *campus* Belford Roxo

Nome da Instituição/*campus*: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) / campus Belford Roxo
CNPJ do *campus*:
Diretor Geral do *campus*: Fábio Soares da Silva
Endereço do *campus*: Av. Joaquim Costa Lima, s/n – São Bernardo – Em frente ao 39º Batalhão da Polícia Militar
Cidade: Belford Roxo
Estado: Rio de Janeiro
CEP: 26.112-055
Telefone: (21) 3293-6078
Site da Instituição: www.ifrj.edu.br
Nome do Reitor: Paulo Roberto de Assis Passos
Endereço eletrônico (e-mail) do gabinete do reitor: gr@ifrj.edu.br
Pró- Reitoria de Extensão: Francisco José Montório Sobral
Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão: Marcos José Clivatti Freitag

1.2 DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

Proponente: Gabriela Sousa Ribeiro
***Campus* ou unidade de ensino onde está lotado:** *campus* Belford Roxo
Cargo/Função: Docente
Matrícula SIAPE: 1727135
CPF: 643.831.133-20
Telefone: (21) 98001-2953
Endereço eletrônico (e-mail): gabriela.ribeiro@ifrj.edu.br

Equipe envolvida na elaboração do projeto:

Nome: Bárbara Boaventura Friaça
***campus*:** Belford Roxo
Participação: Docente
e-mail: barbara.friaca@ifrj.edu.br

Nome: Gabriela Sousa Ribeiro

***campus*:** Belford Roxo
Participação: Docente
e-mail: gabriela.ribeiro@ifrj.edu.br

Nome: Vivian Martins Lopes de Souza
***campus*:** Belford Roxo
Participação: Docente
e-mail: vivian.souza@ifrj.edu.br

2. DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do curso: Curso de formação continuada em Educação, Acessibilidade e Design Universal
Eixo tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social
Carga horária total: 165 horas
Escolaridade mínima: cursando Ensino Superior
Classificação: ( ) Formação inicial (x) Formação continuada
Número de vagas por turma: 20
Frequência da oferta do curso: De acordo com a demanda
Periodicidade das aulas: Segunda-Feira a Sexta-feira, das 13:45 às 22:00
Modalidade da oferta: Semipresencial (Aulas presenciais e no AVA)
Turno: Vespertino

3. JUSTIFICATIVA

Todos e cada um de nós somos indivíduos impares, diversos e complexos. Ainda assim, há uma distinção social bem específica que recai sobre pessoas com deficiência.

A OMS estima que, em tempos de paz, em torno de 10% da população dos países desenvolvidos sejam constituídas por pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, enquanto nos países em desenvolvimento este percentual sobe para 12 a 15%. Nos primeiros, as causas mais frequentes são provenientes de guerras, enquanto nas nações em desenvolvimento, como o Brasil, o índice elevado se deve, em grande parte, aos acidentes de trânsito, à

violência urbana, à falta de segurança no trabalho, à falta de assistência à mulher na gravidez, à desnutrição, à carência alimentar e, ainda, à falta de condições de higiene e aspectos relacionados à miséria (SANSIVIERO, 2004).

Somados a isso, é preciso atentar para a tendência de que, com o avanço da idade, o corpo vai gradualmente perdendo suas capacidades físicas, mentais e sensoriais, fazendo com que a proporção da deficiência aumente com a idade, passando de 4,3% nas crianças até 14 anos para 54% do total das pessoas com idade superior a 65 anos. Supõe-se que as pessoas passam cerca de 80% de sua vida sem apresentar deficiências ou incapacidades. Logo, considerando a expectativa de vida média do brasileiro de 75,5 anos (PORTAL BRASIL, 2016), estima-se que as pessoas ainda poderão viver cerca de 15 anos de suas vidas com algum tipo de deficiência. Caso a reforma da previdência do governo Temer seja aprovada, teremos necessariamente cada vez mais idosos ativos no mercado de trabalho, gerando ainda mais demanda de atendimento de acessibilidade e equidade a esse público.

Conforme o Censo 2010 (IBGE, 2012), 23,9% da população brasileira apresentam algum tipo de deficiência. Sendo vital que as instituições de ensino estejam preparadas para incluir (e não apenas receber) pessoas com deficiência, tanto na condição de estudantes como de trabalhadores.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996) compreende a educação especial como uma modalidade a ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino. Em alguns casos o professor não conta com apoio especializado para atender à diversidade da sua sala de aula, ficando sob sua responsabilidade propostas pedagógicas e recursos educativos que atendam às necessidades específicas, demonstrando a importância da formação continuada do docente.

A referida lei assegura aos educandos com necessidades específicas “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996), além da educação para o trabalho e sua efetiva integração na vida em sociedade, propondo, desta forma, um curso para a formação holística no que se refere à acessibilidade.

No que se refere à inclusão das pessoas com deficiência em espaços educacionais, essa distinção social pode vir a ficar ainda mais evidente pela necessidade de adaptação de práticas de ensino diferentes das tradicionais, aplicadas a maior parte dos alunos.

Ferreira (2007) aponta, com base em Carvalho (2005), que incluir uma pessoa com deficiência numa instituição de ensino vai além de coloca-la ali como mais uma. É preciso “organizar e implementar respostas educativas que facultem a apropriação do saber, do saber fazer e da capacidade crítica e reflexiva” (FERREIRA, 2007, p. 44 e 45). Para além da transposição de barreiras arquitetônicas, com base na autora, enfatizamos a necessidade de superar questões atitudinais de professores, servidores e demais discentes no trato com as pessoas com deficiência, de modo a promover “adequação do espaço psicológico que será compartilhado por pessoas muito diferentes entre si” (FERREIRA, 2007, p. 45).

Questionamo-nos, a partir da discussão de Ferreira se não seria esse o papel social de espaços de ensino para todas as pessoas, independente de suas capacidades ou limitações. Um questionamento a ser feito é: não seria necessário que professores e discentes, sejam com ou sem deficiência, começassem a repensar seus métodos de ensino-aprendizagem? Nos moldes que está pautada a educação brasileira, atualmente, o discente é amplamente contemplado, mesmo que não haja algum tipo de deficiência “aparente”?

Faz-se necessário pensar a educação de uma forma holística, entendendo o direito à cidade, nos termos de Lebfreve (2010), como uma forma de integrar as pessoas aos espaços culturais, de memória, de lazer, de turismo, numa relação de educação mais ampla, em que a percepção e apropriação sociocultural dos espaços citadinos possibilitem uma educação totalizante, contribuindo para a construção da cidadania.

Nesse sentido, é importante pensar a acessibilidade de modo amplo, não apenas com enfoque nas condições arquitetônicas, mas também que contribua para a melhoria das relações de ensino-aprendizagem a cada vez mais pessoas. Entendemos que a acessibilidade plena é possibilitada quando, de forma satisfatória e equitativa, são incorporadas à sociedade os seis tipos de acessibilidades descritas por Sassaki (2003), sendo elas: física ou arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.

Partimos do pressuposto de que quando espaços, produtos e processos são pensados para todas as pessoas e não apenas com adaptações destinadas às pessoas com deficiência, os benefícios atingem ampla gama populacional. Para tal, é necessário lançar mão das premissas do design universal (STORY, 2001), de modo a permitir condições de equidade entre pessoas com deficiência e sem deficiência. Além disso, vale ressaltar que se pensado desde a elaboração

do projeto, os custos dispendidos com acessibilidade são baixos se comparado ao valor de adaptações feitas em imóveis, produtos ou processos acabados.

Corroboramos com Medeiros e Diniz (2004), que afirmam que a deficiência é uma experiência resultante da interação entre características corporais do indivíduo e as condições da sociedade em que ele vive, isto é, da combinação de limitações impostas pelo corpo com algum tipo de perda ou redução de funcionalidade a uma organização social pouco sensível à diversidade corporal.

Tal conceito de deficiência não exclui as limitações físicas, mentais ou sensoriais que as pessoas possam apresentar, apenas leva em consideração que o ambiente é o responsável pelo aumento ou pela diminuição dessas características. Quando ambientes, produtos, serviços e processos apresentam condições de acessibilidade à população, a deficiência não será constrangedora ao indivíduo, pois não o impedirá de exercer suas atividades, apesar de não deixar de existir. O que acontece é que, quando este local, produto, serviço e/ou processo dá condições de uma vida “normal” a essas pessoas, amenizando suas limitações, elas passarão a viver como qualquer outra pessoa. Da mesma forma, quanto mais deficiente for o ambiente, o produto e/ou o processo, mais as pessoas vão se mostrar deficientes. Portanto, acreditamos ser possível e fundamental que as pessoas com deficiência tenham direito de viver em condições igualdade a qualquer outro cidadão na sociedade.

O curso de Formação Inicial e Continuada em Educação, Acessibilidade e Design Universal contribui para estimular professores, futuros professores e profissionais em geral a atuar de maneira crítica e reflexiva nas relações da cidade como forma de educação ampliada, atuando na construção da acessibilidade programática e atitudinal no seu ambiente profissional.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1 OBJETIVO GERAL

Discutir a educação inclusiva, a acessibilidade e o design universal, problematizando a inclusão social como forma de educação holística para auxiliar na construção cidadã da pessoa com deficiência em condições de igualdade aos demais membros da sociedade.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Fomentar os aspectos da educação holística a partir do direito à cidade, numa perspectiva da inclusão social em cultura, lazer e comunicação para a construção cidadã.
2. Contextualizar os fundamentos da educação inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino, considerando a adoção de uma prática inclusiva e ações éticas nas relações com as pessoas com necessidades educacionais especiais.
3. Valorizar os direitos humanos no contexto da inclusão social e da formação cidadã na problematização para a participação como membros iguais da sociedade.

5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Após vivenciar a experiência formativa, espera-se que os concluintes tenham condições de:

1. Atuar de maneira crítica e reflexiva nas relações do direito à cidade, da comunicação, da cultura e do lazer dentro de uma perspectiva inclusiva de construção cidadã.
2. Atuar ética e colaborativamente a partir da mobilização de saberes para a educação inclusiva.
3. Atuar ética e colaborativamente na construção da acessibilidade programática e atitudinal no seu ambiente profissional.

6. POSSÍVEIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

O egresso do FIC em Educação, Acessibilidade e Design Universal poderá atuar em ambientes educacionais formais, informais e não-formais, tais como em instituições de memória e cultura, além de atuar em empresas e diversos setores públicos e privados das cidades, objetivando a inclusão social, agindo de modo programático e atitudinal.

7. PRÉ-REQUISITOS E MECANISMOS DE ACESSO AO CURSO

Para ingressar no curso FIC em Educação, Acessibilidade e Design Universal, o candidato deve, no mínimo, estar cursando o Ensino Superior, ter disponibilidade para as aulas nos turnos diurno ou noturno, desenvolver as tarefas programadas, além de cumprir as etapas descritas no edital de seleção.

8. MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular do curso FIC em Educação, Acessibilidade e Design Universal, na modalidade semipresencial, está organizada em quatro eixos temáticos estruturantes e seus respectivos componentes curriculares de estudo, perfazendo uma carga horária total de 165 horas.

MATRIZ CURRICULAR		
Eixo Temático	**Componente Curricular**	**Carga Horária**
Conhecimentos Fundamentais	Educação inclusiva	12 horas
	Criatividade e Tecnologias Assistivas	12 horas
	Direitos Humanos	12 horas
Cidadania, Cultura e Identidade	Cultura, Identidade e Cidadania: Representações e Diversidade	18 horas
Vivência no Mundo do Trabalho	Visita Técnica	15 horas
Formação Profissional	Acessibilidade e design universal	24 horas
	Cidade para todos	36 horas
	Educação para todos	36 horas
	Total	**165 horas**

9. EMENTÁRIO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA	**CH: 12h**
EMENTA: A educação especial e a educação inclusiva. Políticas públicas para Educação Inclusiva. Compreendendo os portadores de necessidades especiais. Diversidade cultural e integração para a promoção da Educação Inclusiva. Acessibilidade e inclusão na educação online.	
OBJETIVO GERAL Compreender a educação especial e a educação inclusiva no contexto da integração de portadores de necessidades específicas em salas regulares e na educação online, de forma à promoção da acessibilidade de acordo com as políticas públicas da área.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARAÚJO, Cláudia Alexandra Góes; NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula. **Do outro lado do espelho**: a percepção da professora. III Congresso Brasileiro de Educação Especial. Universidade Federal de S. Carlos, 2008. BRASIL, Ministério da educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. _____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** / Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, 2001. GLAT, Rosana (Org.). **Educação inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de janeiro: 7 letras, 2007. Disponível em: <https://www.livrebooks.com.br/livros/educacao-inclusiva-cultura-e-contidiano-escolar-rosana-glat-ldurs34uuwgc/baixar-ebook> SANTOS, Edméa. O.; COLACIQUE, R. . **Acessibilidade e inclusão no educação superior online**. In: XII Galego-Português de Psicopedagogia, 2013, Braga-PT. Atas do XII Congresso Galego-Português de Psicopedagogia. BRAGA-PT: CIED, 2013. v. 1. Disponível em: http://webs.ie.uminho.pt/xiigp/at13.pdf **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**	

BRASIL. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf >

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MITTLER,P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

CRIATIVIDADE E TECNOLOGIAS ASSISTIVAS	**CH: 12 h**
EMENTA Conceito de Criatividade. Criatividade e inovação: divergências e convergências. Tecnologias assistivas: estratégias para inclusão no ambiente escolar.	
OBJETIVO GERAL Compreender o conceito de criatividade e sua diferença em relação à inovação. Conhecer as tecnologias assistivas existentes e as possibilidades de ampliação funcional de pessoas com necessidades especiais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DOMINGUES, D.M.G. **Arte e vida no século XXI: tecnologia, ciência e criatividade**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. SCHLÜNZEN. E. **Tecnologia Assistiva**: Projetos, Acessibilidade e Educação à Distância. Jundiaí: Editora Paco, 2011. HUMMEL, E.I. **Tecnologia Assistiva**: A Inclusão na Prática. Curitiba: Editora Appris, 2015. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** BARRETO, M.A.O.C.; BARRETO, F.O.C. **Educação Inclusiva**: Contexto Social. São Paulo: Erica, 2014 KLEINA, C. **Tecnologia Assistiva em Educação Especial e Educação Inclusiva**. Curitiba: Intersaberes, 2012.	

DIREITOS HUMANOS	**CH: 12h**
EMENTA: Direitos Humanos: Concepções, trajetórias e distinção dos Direitos Humanos. Universalidade dos Direitos Humanos. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Direitos Humanos, democracia, participação.	
OBJETIVO GERAL Apresentar legislação e políticas públicas relacionadas à garantia dos direitos humanos no contexto brasileiro.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BARRETTO, Vicente de Paulo. **O fetiche dos direitos humanos e outros temas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013. BRASIL. **Constituição de 1988, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm NAÇÕES UNIDAS. Declaração universal dos direitos humanos. Nova Iorque: Nações Unidas, 1948. Disponível em http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** BRASIL. **Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2009. Disponível em http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdf/pndh3_programa_nacional_direitos_humanos_3.pdf	

CULTURA, IDENTIDADE E CIDADANIA: REPRESENTAÇÕES E DIVERSIDADE	**CH: 18 h**
EMENTA: Cultura: definições e usos. Pessoa e cultura. Cultura como mediação. Diferenças e inter-relações entre cultura erudita x cultura popular x cultura de massa. Identidade e diferença: identidade pessoal, identidade social, identidade nacional, identidade local. Relação global x local; culturas híbridas. Representações sociais. Aspectos psicossociais da cidadania: humanização e cidadania. Dimensões da diversidade humana. Estereótipo, preconceito e	

discriminação. O desafio da valorização da diversidade cultural.

OBJETIVO GERAL

Refletir sobre cultura, identidade, diversidade humana e as implicações da natureza dinâmica e processual da cultura nas maneiras de perceber o mundo e de agir com relação a outras pessoas, de modo a vivenciar sua cidadania de maneira crítica e atuar em diferentes territórios, valorizando seus aspectos socioculturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DESCHAMPS, Jean-Claude; MOLINER, Pascal. **A identidade em Psicologia Social: dos processos identitários às representações sociais** (Cap. 8: As representações sociais, pp. 134-149). Petrópolis: Vozes, 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **O desafio da convivência: assessoria de diversidade e apoio aos cotistas** (2004-2008). Psicologia, Ciência e Profissão, v. 33, n. 1, pp. 222-233, 2013. Disponível em: http://tinyurl.com/jpmozym

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Ser cidadão ou escravo: repercussões psicossociais da cidadania**. Crítica e Sociedade: revista de cultura política, v. 2, n. 1, pp. 42-63, 2012. Disponível em: http://tinyurl.com/jsgx3hg

PÉREZ-NEBRA, Amália Raquel; JESUS, Jaqueline Gomes de. **Preconceito, estereótipo e discriminação**. In: Cláudio Vaz TORRES; Elaine Rabelo NEIVA (Orgs.), Psicologia Social: principais temas e vertentes (pp. 219-237). Porto Alegre: ArtMed Editora, 2011.

VALSINER, Jaan. **Fundamentos da Psicologia Cultural:** mundos da mente, mundos da vida (pp. 21-38). Porto Alegre: Artmed, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2013

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 24. Reimpressão. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SILVA, Tadeu Tomaz da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

TORRES, Cláudio Vaz; PÉREZ-NEBRA, Amália Raquel. (2004). **Diversidade cultural no contexto organizacional**. In: José Carlos ZANELLI; Jairo Eduardo BORGES-ANDRADE; Antonio Virgílio Bittencourt BASTOS (Orgs.), Psicologia, organizações e trabalho no Brasil (pp. 441-463). Porto Alegre: Artmed.

VISITA TÉCNICA	**CH: 7 h**
EMENTA Análise reflexiva sobre ambientes educacionais para a promoção da educação inclusiva. Orientações, execução e avaliação da visita técnica.	
OBJETIVOS GERAIS Realizar visitas a ambientes laborais relacionados ao eixo de formação profissional do curso, de forma a conhecer as possíveis áreas de atuação e exemplificar as atividades desenvolvidas por profissionais da área.	

MOSTRA INTERDISCIPLINAR DE PRODUTOS E SERVIÇOS / SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO, ACESSIBILIDADE E DESIGN UNIVERSAL	**CH: 8 h**
EMENTA Elaboração de seminário para apresentação na Mostra Interdisciplinar de Produtos e Serviços.	
OBJETIVOS GERAIS Elaborar seminário de Educação, Acessibilidade e Design Universal para apresentação na Mostra Interdisciplinar de Produtos e Serviços.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**	

ACESSIBILIDADE E DESIGN UNIVERSAL	**CH: 24 h**

EMENTA:
Pessoa com deficiência – histórico, conceitos. Legislação e normatização referentes às pessoas com deficiência. Adaptação, inclusão e equidade. Acessibilidade – conceitos, transformações e aplicações. Tipos de acessibilidade. Design universal – conceitos e aplicações. Ergonomia – conceitos e aplicações.

OBJETIVO GERAL
Discutir criticamente como os princípios relacionados a acessibilidade, design universal e ergonomia podem contribuir para melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência, numa perspectiva de acessibilidade integral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050** - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

MORAES, A.; MONT'ALVÃO, C. **Ergonomia**: conceitos e aplicações. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: A.de MORAES, 2003.

STORY, M. F. Principles of Universal Design. In: PREISER, W. F. E.; OSTROFF, E. **Universal Design Handbook.**1. ed. Estados Unidos: Mc Graw Hill, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUIMARÃES, L. B. M. **Ergonomia de Processo** - volume 1. Série monográfica Ergonomia. 5 ed. Porto Alegre: FEENG, 2004a.

GUIMARÃES, L. B. M. **Ergonomia de Processo** - volume 2. Série monográfica Ergonomia. 4 ed. Porto Alegre: FEENG/UFRGS, 2004b.

FARIAS, N.; BUCHALLA, C. M. A classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde da Organização Mundial da Saúde: conceitos, usos e perspectivas. **Rev Bras Epidemiol**. v.8, n.2, p.187-93, 2005.

MEDEIROS, M.; DINIZ, D. Envelhecimento e deficiência. **SérieAnis 36**,

Brasília, LetrasLivres, p. 1-8, junho, 2004.

SASSAKI, K. R. **Inclusão no lazer e no turismo**: em busca da qualidade de vida. São Paulo: Áurea, 2003.

CIDADE PARA TODOS	**CH: 36h**

EMENTA:
Direito à cidade como promotora da educação. Vivência na cidade para a construção da cidadania. Acessibilidade e design universal para a vivência na e da cidade. Inclusão nos espaços de cultura, de memória, de lazer, de turismo. Inclusão ao patrimônio cultural para a construção da cidadania.

OBJETIVO GERAL
Discutir criticamente como o acesso à cidade pode contribuir para uma educação holística, entendendo que a vivência na cidade faz parte integrante e fundamental à formação humana como cidadão crítico e consciente do seu poder de atuação na sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050** - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5. ed. 2. reimp. São Paulo: Centauro Editora, 2010.

RIBEIRO, Gabriela S.; MARTINS, Laura B.; MONTEIRO, C. M. G. O desafio da acessibilidade física diante da sacralização do Patrimônio Histórico e Cultural. **Cadernos do PROARQ (UFRJ)**, v. 19, p. 131-151, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAHIA, S. R. et al. **Município e Acessibilidade**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 1998.

BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (orgs.). **Um olhar sobre a diferença**: interação, trabalho e cidadania. 2 ed., São Paulo: Papirus, 2003.

CARLOS, A. F. A. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1994.

CORREIA LIMA, Margarida B.; CARNEIRO, Ana Rita Sá; MARTINS, Laura B. Informação e cidadania nos espaços livres públicos. **Paisagem e Ambiente**, v. 29, p. 153-168, 2011.

MARTINS, Laura B.; GUIMARÃES, B. M. de. Ergonomia e inclusão laboral de pessoas com deficiência. **Revista Brasileira de Tradução Visual - RBTV**, v. 1, p. 01-19, 2010.

COHEN, R.; DUARTE, C. R. **Subsídios para o planejamento de acessibilidade aos espaços urbanos**. 2003. Disponível em: <http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/ trabalhos> Acesso em 15 de junho de 2005, às 17h17min.

MORAES, A.; MONT'ALVÃO, C. **Ergonomia**: conceitos e aplicações. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: A.de MORAES, 2003.

MARTÍNEZ-CAMPOS, L. A. **Por un Madrid Accesible a todos.** Ed. Gerencia Municipal de Urbanismo del Ayuntamiento de Madrid, 2000.

MEDEIROS, M.; DINIZ, D. Envelhecimento e deficiência. **SérieAnis 36**, Brasília, LetrasLivres, p. 1-8, junho, 2004.

MORAES, A. (Org.). **Ergodesign do Ambiente Construído e Habitado**: Ambiente urbano, Ambiente Público, Ambiente Laboral. Rio de Janeiro: iUsEr, 2004.

RIBEIRO, G. S. **Proposta metodológica para avaliação de acessibilidade física em sítios históricos urbanos.** Dissertação (Mestrado em Design). PPGDesign, UFPE. Recife: UFPE, 2008.

SASSAKI, K. R. **Inclusão no lazer e no turismo: em busca da qualidade de vida**. São Paulo: Áurea, 2003.

STORY, M. F. Principles of Universal Design. In: PREISER, W. F. E.; OSTROFF, E. **Universal Design Handbook.**1. ed. Estados Unidos: Mc Graw Hill, 2001.

EDUCAÇÃO PARA TODOS	**CH: 36h**

EMENTA:
Declarações sobre Educação para Todos. Práticas Pedagógicas Inclusivas. Atendimento Educacional Especializado. Educação inclusiva para o trabalho e para a convivência em sociedade. As seis dimensões da acessibilidade no âmbito da educação. Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa e Ampliada.

OBJETIVO GERAL
Discutir os princípios norteadores da Educação para Todos, incluindo práticas pedagógicas inclusivas, tecnologia assistiva e comunicação alternativa e ampliada na educação regular com ou sem Atendimento Educacional Especializado, de forma a estimular a reflexão sobre uma educação inclusiva para a convivência plena em sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

_____. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala: 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

FERNANDES, E. **Educação para todos- saúde para todos**: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção a pessoas portadoras de deficiências. Revista Benjamin Constant. no 14 , ano 5. Rio de Janeiro: MEC, 3-10, 1999.

MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. PLETSH, Márcia Denise. Atendimento Educacional Especializado: por entre políticas, práticas e currículo – um espaçotempo de inclusão? **Revista Contrapontos** - Eletrônica, Vol. 11 - n. 3 - p. 255-265 / set-dez, 2011. Disponível em: <http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/MENDES_SILVA_PLETSCH%20_Artigosemperiodicos_2011.pdf>

Nunes, L.R.; Togashi, C.; Brito, D.; Brando, A.; Danelon, M. C.; Gomes, H.; Larrate, J. (2009). **Comunicação alternativa e interação social em sala de aula.** Em E. Manzini, M. C. Marquezine, E. Tasnaka; D. Fujisama e R. Busto (Orgs). Linguagem e Comunicação Alternativa (pp.19-28) Marília: Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Disponível em: < http://www.lateca-uerj.net/publicacoes/docs/CAA%20e%20intera%C3%A7%C3%A3o%20social%20em%20sala%20de%20aula.pdf>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação).** São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SCHIRMER, Carolina, WALTER, C. C. F., NUNES, L. R.. (2011). A tecnologia assistiva na prática de formação inicial de futuros professores da escola inclusiva. In: Anais do X Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste. Rio de Janeiro: ANPED, 2011. Disponível em: <http://www.lateca-uerj.net/publicacoes/docs/trabalho_anpedinha_carolina_schirmer%202011.pdf>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, R. E. Educação Inclusiva: do que estamos falando? **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n.26, p. 19-30, 2005.

CASTRO, S. F. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras**. Tese (Doutorado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. São Carlos: UFSCar, 2011.

FERREIRA, S. L. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.13, n.1, p.43-60, Jan.-Abr. 2007.

10. PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Os estudantes serão estimulados a atuar colaborativamente, desenvolvendo competências e habilidades humanas e profissionais relacionadas à solidariedade, ao respeito à diferença e ao aprendizado do trabalho multidisciplinar.

11. DA AVALIAÇÃO

A avaliação será formativa e processual. Os instrumentos de avaliação devem ser específicos de cada tema, a critério de cada docente, engloba diferentes instrumentos individuais e/ou em equipes, tais como pesquisas, relatórios, produção de materiais, seminários.

Além disso, ao final do curso, o estudante deverá apresentar um resumo expandido, correlacionando a construção do conhecimento desenvolvido ao longo do curso e sua atividade laboral, enfatizando como promoverá as acessibilidades física ou arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Esse resumo expandido deverá ser apresentado, de forma oral ou em pôster, ao longo da Mostra Interdisciplinar de Produtos e Serviços (MIPES) ou no Seminário de Educação, Acessibilidade e Design Universal.

12. FINS DE APROVAÇÃO/CERTIFICAÇÃO

Para fazer jus à certificação, o estudante deverá ter: (I) frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) referente à carga horária total do curso; (II) concluir com aproveitamento, pelo menos, 60% dos componentes curriculares, levando em consideração as notas de 0 a 10, com média mínima para aprovação 6,0, sendo o docente de cada componente curricular responsável por realizar a(s) avaliação(ões); (III) apresentar, de modo oral ou em pôster, um resumo

expandindo articulando sua construção do conhecimento ao longo do curso com sua vivência laboral.

13. RECUPERAÇÃO

A recuperação se dará de maneira paralela. O aluno que não obtiver resultado satisfatório em alguma avaliação, terá o direito de refazê-la ou, a critério do professor, realizar atividade substitutiva após atendimento individualizado, inicialmente com a CoTP e, posteriormente, com professor do referido tema.

14. INFRAESTRUTURA

O *campus* Belford Roxo funciona, desde 2016, na Av.Joaquim da Costa Lima, s/n°, no Bairro São Bernardo, em frente ao 39° Batalhão da Polícia Militar, na cidade de Belford Roxo. Atualmente existem três salas de aula em funcionamento, uma biblioteca com obras referentes aos cursos, um laboratório de Informática com quatro máquinas, sendo duas com acesso à internet.

Cada sala de aula possui um quadro branco, dois ares-condicionados e estão disponíveis para uso notebooks e projetores para as aulas.

15. MECANISMOS QUE POSSAM PERMITIR A PERMANÊNCIA E O ÊXITO

Com o intuito de dar continuidade às ações desenvolvidas pelo IFRJ, no sentido de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o êxito dos estudantes, serão realizadas atividades complementares, tais como cine debates, oficinas e aulas extras, com objetivo auxiliar estudantes que tenham dificuldades em relação aos conteúdos trabalhados no curso. O estudante poderá contar também com horário para atendimento individualizado com o professor.

A equipe Técnico Pedagógica do *campus* (composta por um Pedagogo, um Assistente Social e um Assistente de Alunos) desenvolverá, em parceria com a comunidade acadêmica, ações de diagnóstico e enfrentamento às causas de retenção e evasão visando garantir a inclusão e permanência, inclusive, de pessoas com deficiências.

16. CERTIFICAÇÃO

Após conclusão do curso, o estudante receberá o Certificado de Qualificação Profissional em Curso de Formação Continuada em Educação, Acessibilidade e Design Universal, com carga horária de 165 horas.